

: MEC

MEC esclarece dúvidas sobre autonomia

Ministério explica que o montante de recursos destinados às universidades será o de maior valor dos últimos quatro anos

A discussão sobre autonomia universitária extrapolou os muros das instituições de ensino. O Ministério da Educação (MEC) promoveu um debate sobre o tema com a sociedade, através de um bate-papo na Internet, na última quinta-feira, dia 14, das 11 às 12 horas. O ministro da Educação Paulo Renato Souza não pode participar, mas as principais dúvidas foram esclarecidas por representantes do MEC.

O "encontro" durou cerca de uma hora e contou com a participação do secretário de Ensino Superior do Ministério, Abilio Baeta Neves, do chefe de gabinete do ministro, Edson Machado, do Secretário Executivo do MEC, Luciano Patrício e do diretor de Políticas de Ensino Superior Luiz Roberto Curi e equipe. Estes são alguns trechos do bate-papo:

Subvinculação

- Esse item é o mais polêmico no projeto de autonomia universitária apresentado pelo Ministério da Educação: o orçamento, foi assunto de diversas perguntas enviadas aos representantes do Ministério da Educação (MEC). A subvinculação de 75% do orçamento da Educação para as universidades federais, reivindicada pelos representantes dos reitores, estudantes, funcionários e professores, não foi garantida pelos participantes do MEC no debate. **"A subvinculação de recursos não é parte do projeto de autonomia"**, esquivaram-se os representantes do MEC.

Método

- Segundo o MEC, o montante de recursos destinados às universidades será o mesmo do melhor dos últimos quatro anos. Este foi o método apresentado pelo MEC para que o quantitativo não seja repassado de forma aleatória. Os recursos propostos pelo MEC inicialmente são de R\$4 bilhões, não considerados os salários dos servidores inativos.

Inclusive, o pagamento desta parcela de funcionários é defendida pela comunidade universitária que não faça parte do orçamento das universidades autônomas, mas diretamente do MEC.

FMI

- Um participante chegou a perguntar se o projeto de autonomia universitária proposto pelo MEC não seria uma imposição do FMI (Fundo Monetário Internacional). A resposta do secretário de Ensino Superior: **"Esta suposição é uma fantasia que tem prejudicado uma discussão objetiva e construtiva do projeto de autonomia"**. Ao questionamento de que os recursos diminuíam a cada ano, o MEC afirmou que o orçamento de 99 teve um aumento de 25% em relação ao ano passado.

Matriz

- A modificação no valor repassado se deve inclusive, à mudança da matriz de destinação de verbas. Os padrões acadêmicos de desempenho e abertura de vagas, principalmente em cursos noturnos são responsáveis pela distribuição de recursos, lembrou o MEC.

Redistribuição

- Os representantes do Ministério afirmaram que no futuro, haverá redistribuição de recursos para beneficiar as instituições que necessitarem. **"Haverá benefício de redistribuição de recursos hoje concentrados em universidades que têm mais que precisam. Haverá ainda, uma parcela do bolo dos recursos que será empregada pelo MEC na expansão do sistema e redução das desigualdades"**.

Economia

- A possibilidade dos recursos aplicados na Educação sofrerem cortes pela área Econômica foi um dos questionamentos do debate. **"As universidades não são parte indissociável do país e não podem ser tratadas como ilhas imunes a tudo que ocorre na economia"**, respondeu um dos

representantes do MEC.

Mensalidades

- Segundo o chefe de gabinete do ministro, o pagamento de mensalidades pelos alunos das universidades públicas só pode ser possível com a alteração da Constituição.

Servidores

- Uma das mensagens enviadas pelos participantes do chat referia-se à preocupação com os salários dos professores após a autonomia. "A questão salarial será tratada como ocorre hoje por manter vínculo com a União", respondeu um representante do MEC.

Foi esclarecido ainda, que os novos servidores serão contratados pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) após a autonomia que implica em carreira própria, estrutura salarial própria e ingresso por concurso público.

Quadro

- Os representantes do MEC explicaram ainda, que "com a autonomia, as universidades poderão definir o tamanho do seu quadro pessoal compatível com o seu orçamento e não terão restrições ao provimento deste quadro".

Isoladas

- Os técnicos do MEC afirmaram que, a princípio, as instituições isoladas não entram no processo de autonomia, porque está previsto na Constituição só para as universidades. No futuro, pode ser estendido às demais instituições federais. As entidades representantes de reitores e professores (Andifes e Andes) querem que os Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefets) também estejam incluídos no projeto.

Reitores

- Sobre o processo de escolha de reitores, a resposta do MEC foi à de que já existe uma lei específica que atende dispositivos da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). "Não se pretende modificar a lei de escolha dos dirigentes. O Poder Público não pode renunciar à responsabilidade pela escolha do reitor, até porque a ele serão delegadas muitas prerrogativas próprias do Poder Executivo".

Qualidade

- O controle da qualidade das instituições após a autonomia, segundo os representantes do Ministério da Educação (MEC), continuará a ser feito pelas avaliações do MEC feitas a cada ano, como o Provão e a visita de especialistas.

[Volta ao documento anterior.](#)

© 1999, *Editora Folha Dirigida*